

**A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da
educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil**

*The history about an organic intellectual in defense of education, state of Pará, island of
Marajó, Brazil*

Maria do Socorro da Silva Guimarães
Sônia Maria da Silva Araújo
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém – Pará-Brasil

RESUMO

Este artigo tem como tema de investigação a relação entre a história de um intelectual orgânico do estado do Pará, Ilha de Marajó, microrregião de Portel, município de Gurupá, e a luta em defesa do acesso à educação. Tem-se como objetivo descrever a história de vida desse intelectual em meio a acontecimentos mais gerais que resultaram, dentre outros feitos, na criação da Casa Familiar Rural de Gurupá e sua proposta de educação para os (as) jovens da região. Teoricamente, o estudo pautou-se na história vista de baixo, de Thompson, e na concepção de intelectual orgânico de Gramsci. Metodologicamente, trabalhou-se com a História Oral. Utilizou-se como fontes: documentos recolhidos no município de Gurupá, dados de um memorial escrito por Manoel do Carmo e dados de entrevistas semiestruturadas. Após a análise, foi possível constatar que a vida de Manoel do Carmo está indelevelmente articulada às lutas sociais do Município de Gurupá, vinculadas aos trabalhadores do campo e educação.

Palavras-chave: Intelectual Orgânico; Movimentos Sociais; Educação.

ABSTRACT

This article has a research theme the relationship between the history of an organic intellectual from the state of Pará, Marajó Island, Portel microregion, county of Gurupá, and the struggle in defend access to education. The objective is to describe a life history of the intellectual and talks about more general events that resulted, among other things, in the foundation of the Rural Family House of Gurupá and its proposal of education for the young population of the region. Theoretically, this study was based on history seen from below by Thompson, and Gramsci's conception of organic intellect. Methodologically, was investigated the Oral History. We used as sources: documents collected in the county of Gurupá, data from a memorial written by Manoel do Carmo and information from semi-structured interviews. After the analysis, it was possible to verify that the life of Manoel do Carmo is indelible articulated to the social struggles that happened into county of Gurupá, linked to the rural workers and education.

Keywords: Organic Intellectual, Social Movements, Education.

Introdução

Trata esta pesquisa da análise da vida de Manoel do Carmo, um intelectual orgânico, conforme define Gramsci (2001), por possuir vínculo de classe com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Nesta condição, torna-se protagonista em oportunizar escolaridade a jovens do campo de Gurupá, que resultou na construção de mediações operadas pelo Centro de Formação da Casa Familiar Rural (CFR) do referido município. Há 19 anos, o Centro trabalha com a formação sócio-política e técnica desses jovens, a partir da Pedagogia da Alternância.

A base teórica que fundamenta a análise deste estudo é a história vista de baixo, que valoriza a história de pessoas comuns como um processo contra hegemônico à história convencionalmente valorizada.

A experiência de pessoas comuns enquanto objeto da história, contou com a grande contribuição de Edward Thompson, quando, no ano de 1966, escreveu o artigo *The history from below*, que se transformou em um conceito para os historiadores. A história vista de baixo, a partir de então, tornou-se objeto de diversos ensaios e livros: “novas áreas de pesquisas surgiram e as experiências históricas de homens e mulheres, antes ignoradas, passaram a ser contadas” (SHARPE, 2011, p.41).

Thompson (1987) entendia que a classe operária podia ser o sujeito de uma formação social e cultural, sendo protagonista de sua própria história. Ele afirma: “Estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgido de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Mas, como capturar essas histórias? Uma possibilidade é via História Oral, que, no contexto da nova históriaⁱ e da história vista de baixo, passa a ser bastante usada pelos historiadores que tentam estudar as experiências das pessoas comuns, valorizando suas memórias individuais e coletivas.

Segundo Alberti (2006, p.157), a partir da década de 1960, a História Oral ficou conhecida como “a fase da História oral “militante”, praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma História ‘vista de baixo’”.

Meihy (2007, p. 17) define a História Oral como sendo “um recuso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”.

Para este estudo, aplicamos a História Oral de vida e a História Oral temática, esta última por relacionar os acontecimentos da história de vida à questão da oferta de educação escolar à população jovem de Gurupá. A História Oral temática, em específico, investiga um assunto determinado, de caráter mais individual, e pode ser um recorte da experiência de vida do sujeito: “A história oral temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas, enfim, contrasta com história oral de vida que cuida mais livremente de impressões, subjetividades” (MEIHY, 1994, p. 57). Trata-se de uma vertente de caráter social e sua investigação quase sempre tem por objetivo gerar documentos. Permite, também, no processo de análise das entrevistas, a utilização de documentos que comprovem a originalidade dos fatos.

No caso deste artigo, utilizamos fragmentos de relatos constantes nas entrevistas realizadas com Manoel do Carmo e de um memorial manuscrito por ele, no qual anexou material iconográfico que retratam sua autobiografia, além de documentos resgatados em instituições de Gurupá.

Manoel do Carmo, a família e o trabalho infantil

Manoel do Carmo nasceu no município de Gurupá, às margens do rio Moju, em 27 de outubro de 1955, filho de Sebastião Rodrigues Pena e Olímpia Farinha de Jesus, já falecidos. Foi o último filho de 9 (nove). A família materna era de origem portuguesa, que migrou para o estado do Pará a convite das casas comerciais de Belémⁱⁱ, para trabalhar no comércio da borrachaⁱⁱⁱ. Aos 4 anos de idade, Olímpia, mãe de Manoel do Carmo, nascida em 1912, em Belém, fica órfã e passa a morar com parentes mais próximos, seus tios José Lourenço e Emília, patrões^{iv} que residiam na ilha grande de Gurupá.

Segundo Manoel do Carmo, seu avô, José Lourenço, “foi o maior comerciante, dono de terras, e patrão do rio Moju” (Entrevista de Manoel do Carmo, 16/04/2016). Os patrões tinham características peculiares, instalavam-se em lugares estratégicos. Na região de Gurupá, ocuparam as margens dos principais rios para terem o controle da entrada e saída de embarcações, pessoas e produção.

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

As famílias nesse período possuíam propriedades muito extensas como o seu avô, que tinha sob seu controle uma média de 20 famílias. Manoel do Carmo relata que José Lourenço e, posteriormente, seu filho, Manoel Lourenço, tratavam todos os fregueses da mesma forma, independente de graus de parentesco. Todos os moradores da área, que o patrão se dizia dono, tinham que se submeter a certas regras da época, principalmente sobre a venda e compra exclusiva no barracão do patrão.

A família paterna era de origem gurupaense. Seu pai nasceu em 1908, de origem nativa, filho de ribeirinhos, que “conhecia todas as atividades extrativistas e agrícolas da época. Fazia de tudo para dar o sustento à família. Era um homem muito trabalhador e honesto em tudo que fazia” (Relato autobiográfico manuscrito de Manoel do Carmo, 2016, p. 1).

A família de Sebastião e Olímpia, conta Manoel do Carmo (2016), era formada por muitas filhas e isto exigiu a intensificação do trabalho dos homens, que era minoria. Dos 9 filhos, 7 eram mulheres. Segundo Manoel do Carmo (2016) a ilha grande de Gurupá, por ser área de várzea, exigia um trabalho pesado, mais voltado para o sexo masculino, como o corte e retirada da madeira em áreas alagadas. Por conta disso, ele e seu irmão tiveram que trabalhar desde tenra idade para ajudar no sustento da família.

Manoel do Carmo trabalhava 8 horas por dia e por isso não frequentou a escola quando criança, nem na adolescência. Ele aprendeu a ler e escrever com as irmãs, que faziam serões de estudos à noite, antes de irem dormir, à luz de lampião.

Manoel do Carmo trabalhou muito na infância e adolescência. O trabalho era intensivo na coleta de produtos da floresta:

Eu vendia o látex, a borracha, a pele da caça... a pele de animal, o óleo da andiroba, o artesanato que algumas famílias faziam...que mais? É... baunilha, que é uma planta vegetal, muito cheirosa e dava dinheiro naquela época, pessoas colhiam a baunilha para vender; cipó, semente, tudo que se tirava da floresta, da terra e da água tinha que vender para o patrão. E ele, em troca desses produtos, fornecia querosene, farinha, açúcar, café, as mercadorias mínimas que as pessoas precisavam para sobreviver^v (Entrevista de Manoel do Carmo, 19/04/2016).

Todos os fregueses do rio Moju, assim como seu pai, Sebastião, deveriam comercializar a produção extraída da floresta para o patrão do rio Moju, José Lourenço, avô de Manoel do Carmo. Não podiam vender na cidade de Gurupá como ele enfatiza: “Não

podíamos vender fora, pois nós éramos fregueses do patrão e o interessante é que o patrão era meu avô” (Entrevista de Manoel do Carmo, 19/04/2016).

O intenso trabalho que a família realizava era para terem vida mais confortável, para terem uma casa melhor. Manoel do Carmo lembra que quando tinha 5-6 anos de idade, a única casa de madeira (com paredes e assoalho de madeira) do vilarejo era de sua família. As outras eram de paredes e cobertura de palha. As casas do início do século XX nos rios de Gurupá eram pequenas, de cômodo único, com assoalho de ripas da palmeira de paxiúba.

A apropriação de bens de maior valor como barco, ocorreu, segundo ele, em virtude de outro produto extrativista de grande valor comercial em Marajó, na segunda metade do século XX: a madeira. Não foi só a borracha a matéria prima explorada em Gurupá. Com o declínio econômico da borracha, os patrões passaram a exercer o sistema de aviamento com a madeira e, posteriormente, com o palmito.

Houve um período na região Amazônica, especialmente em Marajó, em que a exploração da madeira branca, chamada virola, destinada à exportação, tornou-se o recurso econômico mais importante^{vi}. Ele esclarece: “se proliferaram grandes quantidades de serrarias, de empresas madeireiras no município de Breves, no município de Portel e em outros municípios dessa região”^{vii} (Entrevista de Manoel do Carmo, 19/04/2016).

A procura das fábricas por madeira era intensa, assim como a extração da madeira na floresta. A virola foi muito explorada por ser madeira leve e por boiar, o que facilitava o seu transporte pelos rios. A exploração foi tanta, que os patrões não davam conta de fiscalizar os fregueses na retirada da madeira, e estes vendiam para outros compradores.

Famílias aproveitaram esse período de exploração da madeira para melhorar de condição de vida. Outro sistema de comercialização que contribuiu para isto, foram os regatões^{viii}, “que vinham de Igarapé Mirim, de Cametá, de Abaeté, aqui no Pará. Eles entravam trazendo mercadorias e comprando produtos” (Entrevista de Manoel do Carmo, 19/04/2016). José Lourenço, nesse período, já havia falecido, logo, Sebastião passou a comercializar os produtos também com os regatões à revelia do seu cunhado Manoel Lourenço, agora patrão. Isto é, mesmo com as mudanças, a subordinação ao patrão permanecia.

A vida de Manoel do Carmo até os 22 anos foi dedicada aos pais e ao trabalho nas atividades extrativistas ou na pequena serraria que a família montou. Afirma que, junto com

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

seu irmão, não tinha momentos de lazer. Enquanto os jovens estavam brincando e participando de festas, eles trabalhavam. Quando raramente se divertiam, era com os amigos e primos ao nadar no rio ou jogar futebol na comunidade.

Manoel do Carmo, as CEBs e a Teologia da Libertação

Manoel do Carmo, a partir de 1970, com 15 anos de idade, testemunha o início do movimento promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)^{ix}, difundidas pelo novo padre que chegara à cidade, o Padre Giulio Luppi^x, que inicia uma rotina de encontros e conscientização nas comunidades de Gurupá.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se instalam em Gurupá no ano de 1972, com o Padre Giulio. As CEBs foram sendo formadas pelo padre para as celebrações de missas e demais cultos católicos. As celebrações abordavam a realidade sociocultural e econômica da comunidade, como o “desemprego, o preço das mercadorias, a falta de organização do povo, etc., porque a partir daí é que se justifica ter comunidade, pois se a comunidade só se reunir para rezar, ela está desligada do mundo” (Entrevista de Manoel do Carmo, 20/04/2016).

Um dos principais questionamentos promovidos pelas CEBs era sobre a situação social das famílias, principalmente sobre a relação patrão, freguês e terra. Reflexões sobre quem seriam os donos de terras começaram a pautar as preocupações nas CEBs e as pessoas passaram a atentar para as palavras do padre, que se fundamentavam na Teologia da Libertação^{xi}. Com esse trabalho, a comunidade foi se conscientizando de sua condição social, da sua condição de fregueses do sistema de aviamento.

A Teologia da Libertação foi se “alimentando” dos anseios das Comunidades Eclesiais de Base, pois, como destaca Boff (1991, p.20), “antes que houvesse os teólogos da libertação, havia a comunidade comprometida com a justiça social, o leigo engajado com o processo de conscientização e libertação nas periferias da cidade e no campo”.

As CEBs reforçavam a preocupação com os problemas sociais locais. Defendiam que era preciso lutar pela libertação, que um irmão não poderia viver à custa do outro, que é possível viver de forma digna, onde todos tenham o mesmo direito. Essas ideias foram se fortalecendo e criando a consciência crítica do povo gurupaense. Dava-se início à organização dos camponeses, organização social que iria se fortalecer na década 1980, quando a igreja passa a realizar encontros de lavradores, fazer cartilhas para estudos sobre

o direito de posse da terra. A partir dessa experiência com igreja católica, Manoel do Carmo decide estudar, mas a partir dos preceitos da igreja, isto porque pretendia seguir a carreira eclesiástica. Assim, se matricula no Seminário de Santarém, onde cursa seus primeiros anos de escolarização, depois, no Seminário de Altamira^{xii}.

Manoel do Carmo: dos seminários ao partido político

Em 1978, aos 22 anos, Manoel do Carmo ingressa no Seminário São João Maria Vianney, em Altamira, no Pará, a 209 km de Gurupá. Permaneceu no município por 4 anos, morava em sistema de internato. Matriculou-se no Serviço Social da Indústria (SESI), Escola de 1ª grau Mirtes de Oliveira Santos. Lá cursou o 1º grau e o primeiro ano do 2º grau^{xiii}.

Manoel do Carmo inicia os estudos, matriculando-se na 3ª etapa do supletivo. Ao concluir a 3ª etapa com êxito, realiza um teste classificatório, sendo aprovado, não precisando cursar a 4ª etapa. É matriculado em 1979 na 5ª e 6ª séries do 1º grau. No ano posterior concluiu a 7ª e 8ª séries, portanto, concluiu o 1º grau em 3 anos e, em 1980, recebe seu primeiro certificado escolar. Em 1981 inicia o 2º grau. Seria seu último ano em Altamira.

Com a conclusão do 1º ano do 2º grau, muda-se para o estado de Amazonas, com o objetivo de estudar o 2º e 3º anos do 2º grau em apenas um ano. O estudo foi feito via telecurso, com algumas aulas presenciais. A igreja pagava professores para ministrarem as aulas do telecurso aos seminaristas.

Depois vai estudar no Seminário de Santarém, que utilizava uma metodologia própria de ensino. O seminário contratava professores de universidades de outras regiões do país que para lá se deslocavam para ministrarem cursos de Filosofia e Teologia. As disciplinas eram por módulos, que duravam 15 dias. Quando terminava a disciplina, os seminaristas tinham que passar uma semana vivenciando na prática a teoria estudada, o que ocorria em comunidades, compartilhando com famílias carentes o seu cotidiano, conhecendo movimentos sociais, associações e sindicatos.

Além da formação para padre, os seminários possibilitavam novas reflexões e aprendizagens, principalmente por proporcionarem aos seminaristas a aproximação das pessoas e a convivência nas comunidades. Na semana em que os seminaristas passavam com as famílias nas comunidades, eles se tornavam um membro daquela família porque vivenciavam suas rotinas e ajudavam nas tarefas cotidianas, no trabalho, nas tarefas domésticas e no que fosse mais preciso.

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

A dinâmica e o propósito do seminário era fazer com que os seminaristas vivenciassem novas experiências, novas culturas e novas rotinas. Se ficasse em uma casa na cidade, ele ajudava nas tarefas da casa, nos trabalhos domésticos. Se a família tinha estabelecimento comercial, teriam que ajudar no trabalho. Quando a família morava na zona rural, colaboravam com a rotina da roça. Todos participavam da rotina social das famílias, das celebrações religiosas das comunidades, das reuniões das comunidades e das reuniões dos sindicatos. Retornando ao seminário, os alunos tinham uma semana para sistematizar, na forma de relatório analítico, a teoria estudada e sua relação com a experiência vivida na comunidade. Era exigido que se escrevesse, de 20 a 30 laudas, sobre a relação teoria-prática. O relatório era entregue e se iniciava outro módulo de 15 dias. Posteriormente, retornavam à comunidade.

Como os seminários visavam formar futuros padres para trabalhar na Amazônia, os seminaristas eram encaminhados a comunidades de municípios da Amazônia. Eles não ficavam apenas em Santarém, iam também para municípios como: Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Juruti, entre outros. A experiência proporcionava aos seminaristas conhecer realidades diferentes, pessoas diferentes, anseios e desejos do povo amazônico.

A dinâmica metodológica do seminário, os princípios da Teologia da Libertação e, principalmente, as vivências nas diferentes comunidades fizeram com que Manoel do Carmo passasse a refletir sobre novas questões, pois participava de diferentes situações sociais, políticas e econômicas da Amazônia.

A práxis vivenciada, assim como as questões sociais experimentadas no Brasil, fazia com que os seminaristas se envolvessem ainda mais com os problemas da região, com os movimentos e organizações sociais. Manoel do Carmo (19/04/2016), expõe que nesse período existiam em Santarém movimentos sociais expressivos, principalmente os movimentos potencializados pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Participar desse sindicato foi muito importante para o Manoel do Carmo, que, anos depois, vai se valer dessa experiência na militância sindical de Gurupá.

Na época da exploração da virola, ocorrida após o segundo ciclo de exploração da borracha, os fregueses começam a desobedecer aos patrões e comercializar a madeira com outros compradores. Juntamente a isto, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) começa a fiscalização da compra, venda e exportação dos produtos florestais e

madeireiros. Estas ações, segundo Manoel do Carmo (19/04/2016), provocam uma certa diminuição da exploração desenfreada dos recursos naturais da floresta.

Com a intensificação da fiscalização pelo IBDF, houve diminuição da comercialização da produção da madeira, sendo esta substituída por outro produto, o palmito. Nesse momento, o movimento social camponês, que já estava organizado e consciente das questões ambientais, gerou uma ação de resistência importante: o “empate”, considerada por Manoel do Carmo como uma das primeiras ações coletivas de articulação política dos camponeses.

Os patrões, percebendo a resistência dos fregueses, contratam pessoas de outros municípios para realização da extração do palmito, como São Sebastião da Boa Vista e Currealinho, cujos nativos já tinham experiência com a retirada do palmito. Fábricas de palmito se espalhavam por todo o Marajó.

Esses trabalhadores, mandados pelos patrões, invadiam as terras dos fregueses para a extração do palmito. Com a invasão das terras, os trabalhadores organizados iam até a posse e ‘empatavam’ o trabalho dos cortadores de açazais e os expulsavam da propriedade, daí o termo empate.

O empate era uma tentativa de embargar a exploração do palmito naquele município e aconteceu em muitos rios de Gurupá. Sua dinâmica, segundo Manoel do Carmo, se dava da seguinte forma: 15 a 20 pessoas da comunidade, que estavam com suas terras sendo invadidas e juntas, munidas de terçados, machados, espingardas e lanternas iam até os homens que estavam cortando os palmitos e comunicavam que eles não poderiam estar cortando o palmito porque as terras tinham dono. Em caso de resistência por parte dos cortadores de palmito, os fregueses avisavam que iriam cortar e queimar suas embarcações e deixá-lo isolados na mata.

Com a organização do povo de Gurupá, os patrões iam perdendo sua autonomia e os movimentos sociais se fortalecendo, principalmente após o apoio da paróquia de Santo Antônio de Gurupá, que passa a realizar, a partir desse período, encontros com camponeses, promovendo debates sobre seus direitos, sobre a importância da organização e de terem essa organização institucionalizada enquanto classe, para representá-los; uma instituição deles e liderada por eles.

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

Desse modo, sob a organização de simpatizantes do regime militar, foi criado, em 1975, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Gurupá, conduzido politicamente por patrões e prefeitos. O sindicato era reconhecido como parceiro, como colaborador do Estado. Para os sindicalistas críticos, formados pela Teologia da Libertação, era reconhecido como um sindicato de ‘pelegos’^{xiv}.

Para Manoel do Carmo, o sindicato não foi criado para esclarecer os camponeses sobre produção, direito a terra, enfim, voltado para os interesses dos trabalhadores, mas, simplesmente, para o Estado ter poder e controle sobre eles. Por isso, a igreja reforçava a formação de lideranças do campo, discutindo, principalmente, a questão da posse da terra, a organização do povo e a necessidade de uma entidade que verdadeiramente representasse os interesses dos trabalhadores, que lutasse por eles, isto é, um STR coordenado por trabalhadores rurais independentes, desvinculados do Estado.

A década de funcionamento do Sindicato, considerada por Manoel do Carmo como pelego, de 1975 a 1985, contou, portanto, com uma forte resistência da Teologia da Libertação, o que promoveu a conscientização dos mais oprimidos na região. Com lideranças formadas pela igreja, criou-se uma chapa de oposição sindical para concorrer à presidência do STR, mas foi vencida em três eleições.

Em 1987, após forte mobilização dos trabalhadores, o STR muda de direção, passando a ser conduzido por lideranças da comunidade formadas com base na Teologia da Libertação. Os patrões de Gurupá deixam o município e a partir de então a comunidade assume a sede do sindicato como um espaço de luta e organização dos trabalhadores, passando a lá se reunir para discutir projetos para a comunidade que tinham como temáticas principais: terra, saúde e produção. Em 1989 o Sindicato faz um grande seminário para discutir o tema “Trabalhadores rurais em busca de alternativas”.

Segundo Manoel do Carmo, o seminário foi de suma importância para se pensar nas conquistas do movimento social gurupaense: a nova direção do sindicato, a saída dos patrões das terras e a conquista das posses pelos antigos fregueses. Mas era preciso planejar e discutir o novo cenário social, e o seminário possibilitou esclarecimentos ao povo camponês e a elaboração de um projeto de intervenção produtiva, o projeto “Bem Te Vi”^{xv}.

Com a conquista do sindicato, o envolvimento de Manoel do Carmo com partidos políticos foi inevitável. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e se elegeu vereador pelo

município de Gurupá. Tentou eleições para a prefeitura, mas não obteve êxito. Responsável pela mobilização do STR em defesa da agricultura familiar rural e de um projeto de educação que lhe desse suporte, ajuda a fundar a Casa Familiar Rural (CFR) de Gurupá^{xvi}.

Manoel do Carmo, a CFR e o atendimento escolar a jovens gurupaenses

A Casa Familiar Rural de Gurupá foi inaugurada no dia 20 de março de 2000 e inicia suas atividades com a formação de duas turmas, ambas atendendo alunos do Ensino Fundamental.

A CFR objetiva trabalhar de forma integral a formação humana, a formação escolar básica e a formação técnica de acordo com a realidade dos Jovens e de sua comunidade. Trata-se de uma educação escolar para a transformação social. Segundo Oliveira (2011, p. 135) “a, educação, nesta perspectiva dialética, está relacionada ao processo de reprodução-transformação social, adquirindo uma dimensão política, na qual a ideologia faz parte”.

A CFR é criada com o propósito de levar os jovens a refletirem sobre a realidade social que os cerca e se coloca como instrumento educacional e político do STR. A educação trabalhada deve atender aos projetos do sindicato e dos associados da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFAG). Cada turma, cada aluno tem a responsabilidade, o compromisso de se comprometer com a CFR. O jovem da comunidade, aluno da CFR, são os sujeitos principais de todo o processo de formação.

A proposta metodológica da CFR é a Pedagogia da Alternância, que se pauta em dois tempos de estudo: o tempo escola e o tempo comunidade. No tempo escola, o jovem estuda uma semana na CFR em regime de internato; no tempo comunidade, ele passa duas semanas em sua propriedade, para onde leva os planos de estudo a serem pesquisados para apresentarem na próxima semana de alternância. A Pedagogia da Alternância, além de viabilizar os dois tempos de estudo, preza, principalmente, pela formação humana, ética e política dos jovens.

Para a CFR funcionar na lógica da Pedagogia da Alternância, ela precisa implementar uma série de ferramentas metodológica: pesquisa participativa, plano de formação, plano de estudo, colocação em comum, fichas pedagógicas, caderno de alternância, caderno da realidade, unidades de estudo e produção, visitas de estudos, visitas às propriedades por parte dos monitores, avaliações, auto avaliação a cada semana de alternância e elaboração

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

do projeto profissional de vida. Todas essas atividades são mediadas pelo tema gerador da semana de Alternância.

A pesquisa participativa é o primeiro passo para se iniciar uma nova turma na CFR. É nesse momento que membros do conselho administrativo, juntamente com a equipe pedagógica, agendam visitas às comunidades para apresentarem o projeto CFR. É feito um levantamento da realidade social e econômica para que se possa estruturar os temas geradores que irão ser aprovados em assembleias da ACFAG pelas famílias.

Manoel do Carmo sempre está presente, contribui com as pesquisas participativas. Ele é responsável pela animação, motivação dos futuros jovens a ingressos na CFR, que, metodologicamente, trabalha com temas geradores.

Todos os temas geradores, organizados em eixos norteadores que fazem parte do plano de formação da CFR, são trabalhados a cada semana de alternância. Cada tema gerador é iniciado através do plano de estudo (PE), momento em que os alunos são estimulados a pesquisar e a realizarem um plano de investigação a ser levado a sua comunidade. Por duas semanas os alunos realizam a pesquisa e fazem anotações. Essas anotações e observações são debatidas na semana de estudo na CFR. Na semana de alternância na CFR a pesquisa é socializada na dinâmica denominada de colocação em comum: todos os alunos socializam seu PE, suas pesquisas empíricas, que são confrontadas com o conteúdo científico no decorrer da semana.

À equipe de monitores, responsável pela semana de alternância, cabe o compromisso de elaborar a ficha pedagógica a ser trabalhada na semana de alternância, uma atividade que envolve pesquisa de forma interdisciplinar, conteúdos curriculares exigidos pela LDB 9394/96 e conteúdos técnicos necessários ao desenvolvimento econômico e humano do município.

O aluno tem a incumbência de registrar suas atividades relevantes no caderno de realidade, uma espécie de diário. Há também o caderno de alternância, utilizado pelo monitor da semana de alternância, e o do aluno, que é um instrumento de comunicação do tempo escola e do tempo comunidade.

As avaliações são periódicas e formativas, e a cada semana de alternância a turma realiza auto avaliação, que envolve o tema estudado, a convivência, os pontos positivos e negativos da semana de alternância.

No último ano do curso, o aluno elabora o seu Projeto Profissional de Vida (PPV), que tem como objetivo fazer com que o jovem elabore um projeto viável para ser implementado em sua propriedade, e de acordo com a sua realidade. Espera-se que eles consigam articular e aplicar os conhecimentos científicos, técnicos, de gestão e empreendimento em sua propriedade.

No Ensino Médio, os primeiros trabalhos do PPV iniciaram em 2010, onde 122 jovens apresentaram seus PPVs para a comunidade, membros do STR e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Manoel do Carmo esteve presente como avaliador dos trabalhos e como coordenador da assembleia realizada no auditório da CFR.

Manoel do Carmo foi fundamental para a implementação e formação dos instrumentos de formação para os jovens e equipe pedagógica, pois, durante 16 anos, fez questão de estar à frente das propostas educativas e políticas da CFR. Até 2017, a entidade havia formado 15 turmas, 5 turmas do ensino Fundamental e 10 turmas do Ensino Médio Integrado de Técnico em Agroecologia.

Nos três primeiros anos a CFR inicia com o Ensino Fundamental e, nos anos seguintes, a partir das avaliações das famílias e das necessidades de atendimento aos jovens, se expande para o Ensino Médio.

No quadro que segue, é possível constatar o número de alunos matriculados e concluintes no Ensino Fundamental, por turma e ano de ingresso. As duas primeiras turmas, de 2000, iniciaram com a inauguração da CFR de Gurupá.

Tabela 1 – Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano do ensino fundamental

Turmas do Ensino Fundamental	Ano de ingresso das turmas	Nº alunos matriculados	Nº de alunos concluintes
1ª Turma	2000	30	24
2ª Turma	2000	31	26
3ª Turma	2002	31	27
4ª Turma	2005	28	19
5ª Turma	2008	31	21
Total		151	117

Elaborado pelas autoras. Fontes: Documentos da CFR.

A maioria dos alunos que fez o Ensino Fundamental na CFR retornou para a realização do Ensino Médio. As famílias vêm demonstrando satisfação com o modelo de

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

ensino da CFR, especialmente porque é voltado para as necessidades do grupo e da economia da região.

Na 2ª Assembleia Geral da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFAG), em 2000, Manoel do Carmo é eleito Presidente da ACFAG. O próprio Manoel do Carmo (GURUPÁ. Livro de Ata das Assembleias Gerais da Casa Familiar Rural, 1998) manifesta a sua satisfação com este trabalho, pois entende que a CFR apresenta uma mudança gratificante na vida das famílias, dos jovens alunos e da comunidade de um modo geral.

Após os dois primeiros anos de avaliação, os responsáveis pela CFR, como Manoel do Carmo, destacaram que ela estava promovendo uma formação diferenciada nos jovens. No ano de 2005, os conselheiros iniciaram a discussão sobre a possibilidade da implantação do Ensino Médio profissionalizante na CFR, promovendo o debate sobre a legalidade do ensino ofertado pela CFR perante o Conselho Estadual de Educação (CEE), centrado na formação de técnico em agroecologia.

A escolha da formação técnica em agroecologia foi feita com base na assertiva de que “a agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária” (ALTIERI, 2012, p 15). Como Gurupá tem o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca como atividades econômicas, tornava-se necessária uma formação que fortalecesse (e ao mesmo tempo promovesse) inovação para esses sistemas produtivos, visando sua sustentabilidade e a melhoria de vida das famílias do campo.

A partir da formação técnica em agroecologia, os estudantes passaram a desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável, sempre considerando múltiplos aspectos: sociais, econômicos, culturais, ambientais e de gênero. Isso provocou no município o início de um novo ciclo produtivo em que o respeito e a integração com a natureza guiam as práticas econômicas na direção do desenvolvimento sustentável.

Com a formação técnica da CFR, os estudantes passaram a desenvolver em suas propriedades várias atividades, muitas delas já realizadas pela família, porém, agora, utilizando práticas agroecológicas, o que aumentou a qualidade autossustentável do município. Práticas inovadoras também foram instaladas, como: manejo de açazais nativos; sistemas agroflorestais; produção de feijão, mandioca e milho; criação de bubalinos, aves, peixes e suínos; apicultura; além de pequenas agroindústrias familiares.

Toda a economia gerada por essas atividades garantiu aos agricultores, pescadores e extrativistas do município uma possibilidade digna de permanecer no campo. O êxodo rural foi diminuído drasticamente e os recursos naturais passaram a ser geridos de forma sustentável pelas famílias e comunidade. Também, alguns técnicos formados pela CFR passaram a prestar assistência técnica em Gurupá e em outros municípios da região, aumentando ainda mais os efeitos positivos da formação técnica ofertada pela CFR.

Tabela 2 – Alunos matriculados e concluintes, por turma e ano do ensino médio

TURMA/ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM AGROECOLOGIA	ANO DE INGRESSO DAS TURMAS	Nº ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE CONCLUINTES
1ª Turma	2006	26	22
2ª Turma	2006	25	20
3ª Turma	2006	34	20
4ª Turma	2006	45	33
5ª Turma	2006	38	27
6ª Turma	2008	39	21
7ª Turma	2008	36	32
8ª Turma	2008	31	16
9ª Turma	2010	26	13
10ª Turma	2012	22	15
Total		322	219

Elaborado pelas autoras Fontes: Documentos da CFR.

Os integrantes da CFR também avaliam que os objetivos estão sendo alcançados e que os jovens alunos apresentam visão mais crítica; que as famílias se fortaleceram economicamente; que houve um aumento da autoestima positiva de homens e mulheres. Os jovens se tornaram mais conscientes do seu papel no campo e na sociedade.

A CFR de Gurupá tornou-se, nas palavras de Manoel do Carmo, uma referência para as comunidades rurais do Pará, por ter conseguido alcançar os seguintes objetivos listados:

1. Fixação do jovem no campo;
2. Famílias com maior produção de renda sem devastar;
3. Formar lideranças com capacidade técnica e de expressão;
4. Desenvolver uma nova atividade econômica, criação de peixe em cativeiro;
5. Descoberta do potencial econômico, transparente e ecologicamente sustentável;
6. Descoberta de gestão e de empreendimento familiar;
7. Maior ousadia no trabalho no campo;
8. Novo jeito de pensar e agir;
9. Educação contextualizada para o desenvolvimento sustentável,
10. Mudança de mentalidade;
11. Uma nova educação adequada à realidade de Gurupá;

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

12. Jovens coordenadores de projetos familiares;
13. Maior conscientização das famílias nas comunidades;
14. Jovens mais responsáveis (GURUPÁ. Livro de Ata das Assembleias Gerais, 1998, p. 13).

Manoel do Carmo avalia o projeto de forma muito positiva. Para ele, trata-se de um dos projetos mais importantes do STR.

A ideia de melhoria da qualidade de vida no campo a partir dos membros da família, tanto o jovem incluído no processo produtivo de geração e gestão de renda, assim com a sua participação cidadã na sociedade, passou a ser uma causa de muita gente, essa consciência vinda a partir da valorização do saber popular (empírico) e do saber técnico científico, levando em conta a realidade sócio econômico e cultural no nosso lugar, provavelmente conteve o êxodo rural e elevou a alta estima de muitos jovens e sua família em permanecer no campo, ser camponês, agricultor, extrativista, quilombola, trabalhador rural. Esse era o principal objetivo da CFR. Agora novos desafios se apresentam (Entrevista de Manoel do Carmo, 20/04/2016)

Os jovens de Gurupá, através da educação recebida pela CFR, visam transformar a sua realidade no sentido de superar práticas econômicas de exploração extrativista desmedida e operar uma economia que respeite o ecossistema da Amazônia, garantir qualidade de vida às famílias gurupaenses e manter a sociedade rural do município viva.

Considerações finais

Do ponto de vista epistemológico, a opção pela história vista de baixo e pela História Oral, assim como a opção pelo conceito de intelectual orgânico de Gramsci, se colocaram como fundamentais para a compreensão do modo como a educação de Gurupá, em articulação com o STR e os movimentos sociais, foi se constituindo historicamente. A estratégia de produzir uma escrita da história da região a partir de lutas e conquistas de um homem comum como Manoel do Carmo, não só nos possibilitou compreender o movimento da história regional da educação na Amazônia, mas entender sua relação com a história global que permitiu, por exemplo, o nascimento da mãe de Manoel do Carmo no Brasil e a sua formação subjetiva a partir da economia extrativista local, que provocou o empate, a existência do patrão, do freguês, dos regatões etc. A história de luta pela educação no território rural de Gurupá revelou-nos uma gramática que se construiu no contexto dos oprimidos entre os séculos XIX e XX.

A história de Manoel do Carmo mostrou-se para nós como inspiradora. Revelou-nos, dentre outras coisas, o poder da articulação e da capacidade de cada sujeito organizado de promover a transformação em direção à construção de um mundo mais humano.

A organização do homem comum de Gurupá em entidades de classe demonstrou que a conquista pela educação escolar, materializada em políticas públicas, num país colonizado, que aprendeu a explorar, não é uma dádiva do Estado ou uma benesse de um partido político no poder, mas o resultado da racionalização da luta da classe trabalhadora organizada.

Em particular, constatamos que a história de Manoel do Carmo, membro do STR, que foi presidente do STR e vereador na cidade de Gurupá, é marcada pela luta em favor dos oprimidos. Sua experiência de explorado, inclusive vivida no contexto familiar, o levou a lutar contra o sistema de aviação, por exemplo.

Nos seminários de Altamira e Santarém, foi formado com base na Teologia da Libertação. Essa experiência de formação, que assume um alto grau de exterioridade ao se fazer, ao ser provocada por acontecimentos alheios ao próprio Manoel do Carmo, revela o nível de autonomia (ainda que relativa) da existência humana. A história de vida de Manoel do Carmo demonstrou-nos que a escolha, a liberdade de escolha é real, é concreta. As estruturas, ainda que fortes na determinação da realidade, não são intransponíveis. Ao contrário, Manoel do Carmo nos ensinou que é por conta delas, das estruturas, que temos que sair da condição de passivos e nos tornar sujeitos conscientes da história.

Referências

ALBERTI, V. História dentro da História. PINSKY, C. B (Org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2006.

ALTIERE, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARAÚJO, S. M. S **Cultura e Escolas-de-Fazenda na Ilha de Marajó**: um estudo com base em Raymond Williams. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOFF, L. **E a Igreja se faz Povo**: Eclesiogênese, a igreja que nasce da fé do povo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas** (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

A história de um intelectual orgânico dos movimentos sociais em defesa da educação na ilha de Marajó, Pará, Brasil

____. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 2010.

GURUPÁ. Casa Familiar Rural. **Livro de Ata das Assembleias Gerais.** Gurupá, PA, 1998.

DIAS, A. **Instituto Internacional de Educação no Brasil.** Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá. Brasília: IEB, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárceres.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, L. A. V. **De chegadas e partidas:** migrações portuguesas no Pará (1800-1850). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. **Cadernos Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)**, nº 5, serie 2, São Paulo, 1994.

____ & HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo. Contexto, 2007.

OLIVEIRA, I. A. **Filosofia da Educação: reflexões e debates.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectiva.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa (v.1),** 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Notas

ⁱ A Nova História, ainda que tenha surgido nos EUA, no final do século XIX, com Frederick Jackson Turner e James Harvey Robison, é uma história produzida na França, associada à *École des Annales*. Segundo Peter Burke (1992; 2010), ela surge como contraponto à história tradicional, ligada à Leopold von Ranke (1795-1886). Os principais traços da nova história são: 1) a compreensão de que história é toda atividade humana; tudo é história; 2) analisa os acontecimentos a partir das estruturas; 3) a história deve se ater também com a visão de baixo, portanto, capturar as perspectivas e experiências das pessoas comuns; 4) a história deve se pautar em evidências; 5) o historiador deve tratar das ações individuais e dos movimentos coletivos; 6) reconhece uma dimensão subjetiva na escrita da história.

ⁱⁱ Guimarães (2016), que defendeu tese de doutorado sobre fluxos migratórios de Portugal para a Província do Pará, destaca que estudiosos da emigração portuguesa para o Brasil demonstram ser esta região a de maior destino dos portugueses no século XIX. Ele, confirma esta assertiva ao constatar, dentre os passaportes solicitados em Portugal à época, que o maior número era destinado ao Pará. Os registros de passaporte foram pesquisados pelo autor nas seguintes cidades portuguesas: Faro, Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Santarém, Coimbra e Lisboa.

ⁱⁱⁱ A economia da borracha promoveu o crescimento urbano na região amazônica, principalmente de duas importantes capitais, Belém e Manaus, e se articula ao processo de desenvolvimento industrial, na Europa. Fundamental no processo de industrialização, a

Amazônia era grande produtora natural da seringueira, vegetal do qual se extrai a borracha. O primeiro ciclo ocorreu de 1879 a 1912; o segundo de 1942 a 1945. Mas seu apogeu ocorreu no primeiro ciclo, quando houve uma das mais importantes biopiratarías do mundo: o roubo de sementes do látex, da *hevea brasiliis*, para a Malásia, o Ceilão e a África pelos ingleses.

^{iv} Termo utilizado para designar proprietários de terra que submetiam nativos da região à exploração nas relações de trabalho.

^v Essa era uma prática de relações corrente em Marajó, na qual empregados, em geral nativos, acabavam por permanecer dependentes do patrão ao adquirirem mercadorias em seus barracões. A dívida contraída resultava em uma relação de exploração eterna porque o ‘patrão’ não possibilitava condições para que o endividado chegasse a pagar por completo a dívida contraída. Sobre esta condição aviltante do trabalhador do campo em Marajó, confira tese de Araújo (2002).

^{vi} A *Virola surinamensis* (rol) Warb, *Myristicaceae* é conhecida popularmente como **ucuuba** e alcança cerca de 60m de altura. Comumente encontrada em lugares alagados, geralmente perto de igapós, é árvore nativa da várzea de toda a região amazônica.

^{vii} Marajó, considerada a maior ilha fluvial do mundo, está localizada no delta do rio Amazonas, no extremo Norte do estado do Pará, próxima da linha do Equador. Sua superfície ocupa uma área que mede, aproximadamente, segundo o IBGE, 49.605 km². Entrecortada de rios, a mesorregião comporta 15 municípios, além de Gurupá: Bagre, Melgaço, Portel, Afuá, Anajás, Breves, Curalinho, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

^{viii} Eram barcos a motor que percorriam os rios e igarapés da Amazônia para trocar alimentos, utensílios e outros gêneros por produtos naturais tirados da floresta de alto valor nos mercados de grandes cidades. Tal comercialização se baseava na exploração desmedida das populações ribeirinhas, fazendo da venda ou do escambo um processo de relações profundamente desigual.

^{ix} Ligadas à Igreja Católica, as CEBs eram incentivadas pela Teologia da Libertação com o objetivo de atender econômica e politicamente as populações mais carentes da América latina.

^x Padre Giulio Luppi, nascido na Itália, assume a paróquia de Santo Antônio de Gurupá e inicia a organização das CEBs com dois objetivos: realizar o trabalho pastoral garantindo a presença da igreja na vida da população; conscientizar e mobilizar as pessoas sobre as condições do município.

^{xi} É uma corrente da Igreja Católica, desenvolvida na América Latina a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que a igreja deve dar prioridade de atendimento aos pobres e conscientizar essa população da origem e natureza de sua condição. Para tanto, se vale de conhecimentos produzidos pelas ciências humanas e sociais.

^{xii} Santarém e Altamira são dois grandes municípios do estado do Pará. O primeiro é um importante município da região amazônica, localizado entre Belém e Manaus, fazendo a

ligação entre o estado do Pará e o estado do Amazonas. Altamira, considerado pelo IBGE como o segundo município mais extenso do Brasil, está situado na volta grande do rio Xingu, local onde foi construída a hidrelétrica de Belo Monte, quarta maior hidrelétrica do mundo, que causou grande impacto ambiental, social e cultural na região. Os seminários dessas duas cidades, nas décadas de 1970 e 1980, foram importantes polos de formação da Igreja Católica na Amazônia, sob a inspiração da Teologia da Libertação.

^{xiii} O 1º grau equivale ao hoje ensino fundamental e o 2º grau ao ensino médio.

^{xiv} Termo político popularizado durante a era Vargas (1930-1945) para designar líder sindical de confiança do governo, que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Com a ditadura militar, o termo passou a ser usado para identificar dirigentes sindicais indicados pelos militares. Grosso modo, tornou-se usual para designar todo traidor dos trabalhadores, aliado do governo e/ou dos patrões.

^{xv} O projeto “Bem Te Vi” tinha como objetivo orientar o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá a promover cursos, palestras e seminários aos trabalhos em relação aos seus direitos e a como conquistar créditos junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

^{xvi} Confira vídeo sobre a CFR de Gurupá em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUcYFaQyTo>

Sobre as autoras

Maria do Socorro da Silva Guimarães

Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2017); Especialização em Docência no Ensino Superior (UFPA/2008); graduação em Pedagoga pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2007). Membro do Grupo de Pesquisa José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latinoamericano e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo GEPERUAZ/ UFPA. E-mail: socorroufpa@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8973-9068>

Sônia Maria da Silva Araújo

Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1986), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Educação também pela Universidade de São Paulo (2002). Fez Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (2007-2008), realizando estudos sobre pós-colonialismo, colonialidade e educação do campo no Brasil. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, orientando alunos de mestrado e doutorado. E-mail: ecosufpa@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8240-9704>

Recebido em: 03/03/2021

Aceito para publicação em: 04/03/2021